

APROPUC começa a discutir o Acordo Interno 2011 com os gestores

Em reunião realizada na terça-feira, 7/2, a APROPUC começou a debater com a Fundação São Paulo e a Reitoria o novo texto para o Acordo Interno de Trabalho que entrará em vigor a partir de 1/3/2011. A assembleia dos professores realizada no dia 9/2 aprovou a manutenção do atual texto do Acordo para o próximo período.

A Fundação São Paulo, porém, propôs algumas alterações e atualizações no texto atual. Dentre elas está a proposta que acrescenta ao texto atual as cláusulas 21 e 22 da Convenção Coletiva do Sinpro-SP, que tratam da redução de carga horária por diminuição do número de alunos matriculados, e que não fazem parte de nosso Acordo Interno. Outra proposta sugerida é que, caso a APROPUC não concorde com tal inclusão, que se inclua uma cláusula ao final do Acordo indicando que os casos omissos serão remetidos à Convenção

Coletiva do Sinpro-SP.

Outra alteração apresentada refere-se à exclusão dos profissionais técnicos da Derdic da abrangência do Acordo. Segundo a Fundação, devido às mudanças na estrutura da Derdic, estes profissionais, por não serem docentes, passariam para o âmbito administrativo, sendo regidos pelo acordo dos funcionários. A professora Bia Abramides, presidente da APROPUC, entende que esta proposta só terá validade desde que os profissionais sejam cobertos por outra associação.

A redação da contratação do substituto por tempo indeterminado sofreria uma alteração, passando a serem considerados dois anos de prestação de serviços, ao invés de dois contratos. O sistema de tempo (parcial e integral) continuaria em vigor, porém o menor contrato na PUC-SP passaria a ser TP-10. A diretoria da APROPUC concordou com essa alteração, mas lembrou que, em muitos casos, o profes-



VALERIOPAIVA

APROPUC se reúne com Reitor e representantes da Fundação São Paulo

sor permanece em TP-5 não por sua vontade própria. Outras adequações ficariam por conta da atualização do auxílio-escola, que agora passaria para R\$ 400, a adequação da redação do texto sobre a duração da hora-aula em função da chamada hora-relógio, o desconto na refeição-padrão (bandejão) será extensivo aos professores TP-20 e os contratos docentes através de empresas prestadoras de serviço seriam estendidos a cursos específicos da Cogae. A validade pro-

posta para o acordo será até o dia 28/2/2012.

Os professores reúnem-se em assembleia no dia 15/2, terça-feira, às 17h30 na sede da APROPUC. Uma nova rodada com os gestores está programada para o dia 25/2 e, caso haja concordância das partes, o novo Acordo Interno será assinado no dia 28/2.

Na página 2 estamos publicando uma tabela com as principais mudanças, cuja redação final será publicada na próxima edição.

ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

15/2 - terça-feira - 17h30 - sede da APROPUC

- ✓ Proposta de alterações no Acordo Interno de Trabalho 2011

Professor: Participe! Defenda as conquistas de seu acordo de trabalho!

Discussão com gestores vai além do Acordo Interno

A conversa com a Fundação São Paulo e a Reitoria serviu para que a APROPUC aprofundasse uma série de questões que vêm se constituindo em problemas para a atuação dos docentes na universidade. Quando foram abordadas as questões sobre os professores substitutos, a APROPUC levantou a questão dos "substitutos eternos", que já estão há dez ou mais anos contratados por tempo indeterminado, mas na condição de substituto, sem poderem ingressar na carreira.

A APROPUC solicitou que fossem tomadas medidas para que a irregularidade fosse resolvida e os gestores se comprometeram a fazer um levantamento dos casos existentes na universidade e um estudo para solucioná-los.

Outra questão que rendeu uma boa discussão foi o preenchimento de vagas em cursos deficitários que, segundo a última deliberação do Consad, não poderá abrir turma com menos de 15 e 25 alunos para período integral e parcial, respectivamente. Agora estes cursos não poderão nem sequer participar do vestibular complementar para alcançar o número mínimo de candidatos.

Essa medida, disseram os

professores, vai contra o caráter de universidade da PUC-SP, que necessita de cursos como Filosofia, Letras ou Serviço Social que universalizam o conhecimento e mantêm o compromisso social da instituição.

Os diretores da APROPUC lembraram que esta situação muitas vezes se deve à divulgação que é feita de cada curso, em veículos inadequados ao tipo de público de cada modalidade. A divulgação de um curso como o Serviço Social na grande imprensa não alcançaria tanto impacto como se fosse feita nas comunidades de onde sairia o aluno do curso. Nesse sentido foi sugerida a utilização de outras mídias que pudessem melhor alcançar o público alvo.

Outra crítica dos professores foi em relação ao Portal Acadêmico que continua apresentando problemas de acesso ao docente. A possibilidade única de utilização de somente um browser (no caso o Internet Explorer) foi apontada como uma dificuldade a mais para a utilização da ferramenta pelos docentes, que deveria ter o seu acesso ampliado para melhor atender à comunidade. O secretário-executivo da Fundação foi sensível às reivindicações e ficou de estudá-las.

AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELA FUNDAÇÃO SÃO PAULO PARA O ACORDO INTERNO DOS PROFESSORES

Vigência - 1/3/2011 a 28/2/2012

Derdic - Ficam excluídos da cobertura do Acordo os profissionais técnicos da Derdic, que passariam a ser abrangidos por acordos de outras categorias.

Contrato de Trabalho - Continuará com a mesma redação, porém com a diferença de que o menor contrato passaria a ser o TP-10.

Professor Substituto - Terá a sua efetivação por tempo determinado a partir de dois anos de trabalho.

Tempo de Aula - Pelo texto que a Fundação deverá apresentar a aula na graduação ficará com os atuais 50 minutos e na pós com 60 minutos. Porém acrescenta-se ao texto "a aplicação desta cláusula não prejudica a definição do MEC quanto à carga horária mínima exigida para os cursos, preservada a conversão necessária."

Contratos via empresa - Os contratos docentes através de empresas prestadoras de serviço seriam estendidos a cursos específicos da Cogea.

Redução de carga horária - O Acordo Interno da PUC-SP passaria a incorporar as cláusulas 21 e 22 da Convenção do Sinpro-SP, que tratam de Redução de carga horária por extinção ou supressão de disciplina, classe ou turma (art.21) ou Redução de carga horária por diminuição do número de alunos matriculados (art.22). Outra possibilidade seria manutenção de nosso acordo com a redação atual sobre a questão e inclusão ao final do texto da frase "as situações não previstas neste acordo serão regidas pela Convenção Coletiva do Sinpro-SP".

Comprovante de pagamento - A redação mudaria para contemplar o procedimento atual de entrega via internet e não mais em papel.

Auxílio-Escola - Terá um arredondamento para R\$ 400.

Refeição Padrão - Será estendida para os professores a partir de TP-20.

Comunicação de volta de professor - O professor que não comunicar a sua volta após licença até 30 dias será considerado demissionado (o texto atual refere-se à aplicação da legislação vigente).

Diretores relatam situação contratual de suas unidades ao Consad

Os diretores de faculdades reuniram-se na quarta-feira, 9/2, com os integrantes do Conselho de Administração (Consad) para relatar a situação de suas unidades após a aplicação das medidas que modificaram as normas contratuais docentes.

No final de 2010, o Consad determinou que todos os titulares e -associados da graduação e da pós fossem maximizados, ou seja, passassem a ministrar aulas no limite máximo da resolução 65/78. Também foram abolidas as chamadas exceções, que permitiam em determinados casos, um arredondamento do número de horas. Mais tarde esta medida foi substituída por uma tabela provisória, que deve vigorar somente neste semestre.

Segundo o **PUCviva** apurou, a tabela provisória sobre o número de créditos docentes suavizou os efeitos da medida nas várias unidades. Porém, os estragos foram grandes e a precarização da atividade docente vai se aprofundar ainda mais.

Os diretores manifestaram sua maior preocupação com o caráter provisório da tabela, pois se ela deixar de ser aplicada no segundo semestre, sendo respeitados somente os parâmetros da resolução 01/2011, os efeitos sobre o corpo docente serão devastadores.

COMPENSAÇÃO DE HORAS

Os gestores resolveram manter também provisoriamente a chamada compensação de horas, quando o professor ministra mais aulas durante o primeiro semestre, trabalhando menos no semestre seguinte.

Outra atenuante foi a possibilidade de contratação de docentes, vetada na resolução 01/2011. Essas contratações, porém, só poderão ser feitas no caso de não existir na universidade professor apto para a substituição.

COMISSÕES

A APROPUC deliberou em sua última assem-

bleia, com a finalidade de melhor estudar a atual situação da universidade, a formação de três comissões que elaborarão documentos sobre a situação da universidade. Essas comissões terão como tema central o projeto de universidade, a situação financeira/administrativa da PUC-SP e o Contrato de Trabalho Docente. Além dessas comissões outro grupo de professores está organizando um ato-debate, que acontecerá nas próximas semanas para discutir a situação da universidade. Os professores já começaram a se integrar nessas comissões e nesta semana deverão ser divulgadas as datas das primeiras reuniões.

Abaixo divulgamos as comissões e seus primeiros integrantes:

PROJETO DE UNI-VERSIDADE

Ana Bock (Psicologia), João B. Teixeira da Silva (Inglês), Maria Beatriz C. Abramides (Serviço Social), Mau-

ro Luiz Perón (Geografia), Rubens Sawaia (Economia).

FINACEIRO/ADMINISTRATIVO

Franklin Goldgrub (Psicologia), Marta Campos (Serviço Social), Priscilla Cornalbas (Educação)

CONTRATO DE TRABALHO

Leonardo Massud (Direito), Maria Graça Marchina (Psicologia), Victoria Claire Weischtordt (Inglês), Sandra Sanchez (Psicologia)

DEBATE

Maria do Socorro R. Cabral (Serviço Social), Matilde Maria Almeida Melo (Ciências Sociais), Rosimary Segurado (Política)

Esta comissão já tem a sua primeira reunião agendada para o dia 16/2, 17h, na sede da APROPUC. Os professores interessados em compor uma das comissões devem entrar em contato com a APROPUC pelos telefones 3865-4914 ou 3872-2685.

Professores têm direito à vitaliciedade após 10 anos de plano de saúde

Vários professores têm procurado à APROPUC perguntado sobre a chamada vitaliciedade de seu plano de saúde na PUC-SP. Segundo informações da Divisão de Recursos Humanos, todo professor que se aposentar, tendo cumprido mais de 10 anos

de pagamento consecutivo a um Convênio de Saúde, terá direito, pelas normas da Agência Nacional de Saúde, a permanecer em seu plano por tempo indeterminado, pagando os valores que a sua instituição estiver praticando. Na PUC-SP esta prá-

tica vale tanto para o convênio da SulAmérica como para a Intermédica, ambos para professores e funcionários.

Caso o trabalhador tenha oito anos consecutivos pagos, por exemplo, ele terá direito apenas a oito anos de extensão do seu con-

vênio, e não o tempo indeterminado caracterizado após 10 anos.

Para obter maiores informações, o professor deve recorrer ao Departamento Jurídico da APROPUC, através do telefone 3865-4914, ou na própria DRH, 3670-3333.

FALA COMUNIDADE

Mito e realidade

Franklin Goldgrub

Fora do seu habitat - as sociedades ágrafas que criam essa maravilhosa combinação de ciência e poesia - os mitos costumam atrapalhar bastante. A última assembleia da APROPUC (2/2) forneceu novas informações e propiciou análises e propostas.

As informações fazem ruir alguns mitos que impedem a compreensão da realidade da PUC. Em primeiro lugar, caem os pretextos para questionar os números da dívida, conhecidos há tempo.

Em segundo lugar, (dado sem qualquer divulgação), desde 2006 a dívida tem sido consideravelmente reduzida (de 130 milhões para algo inferior a 100 milhões). Em terceiro lugar, e mais surpreendente ainda, estimativas oficiais prevêm a eliminação do passivo restante em cerca de cinco anos.

As implicações são significativas.

Torna-se insustentável o argumento de que as medidas tomadas até agora são inoperantes - sejam justas ou não, concorde-se ou não com os gestores, o que é outra discussão.

Não há como deixar de pensar que os representantes do corpo docente (APROPUC e Consun), deveriam levar isso em conta.

Os relatos acerca do último impasse entre Consun e Consad mostram as consequências negativas da falta de diálogo.

Em um cenário ideal,

o Reitor transmitiria ao Consun as implicações financeiras da revogação da maximização e informaria o Consad das razões do Consun para propor a medida.

Na sequência, representantes dos dois órgãos máximos da universidade, poderiam reunir-se. Infelizmente, perdeu-se essa oportunidade para maximizar (ou otimizar) o processo de tomada de decisões.

Teria o Consun agido corretamente ao optar pelo fim da maximização? Pelas contas apresentadas, a medida significa trocar um superávit, pequeno mas significativo, de 10 milhões, por um déficit estimado em torno de 39 milhões. O que recolocaria a dívida no patamar de 2006.

Entender que a PUC não deva ter finalidade lucrativa é muito diferente de interpretar o déficit como condição de excelência acadêmica.

O endividamento piora as condições de trabalho (dificulta a manutenção dos campi, aquisição de equipamentos, etc). Perde-se com uma mão o que se ganha com a outra.

Desse ângulo, pode-se compreender a *rationale* do Consad inclusiva do ponto de vista pedagógico.

Mas também é possível ver, na forma como foi tomada a decisão, uma atitude punitiva.

De um lado, a manutenção da maximização é coerente com a meta de pagar a dívida - e sua extensão a associados e titulares parece justa.

Por outro lado, a revo-

gação do contrato de trabalho vigente, programada para o 2º semestre, ultrapassaria os limites da maximização da maximização. Financeiramente, geraria um superávit maior, mas o custo da medida pode ultrapassar o benefício pretendido.

O pedagógico e o financeiro estão inter-relacionados e a PUC participa do mercado educacional, enfrentando concorrentes tanto em termos de qualidade de ensino como de preço.

Desse ângulo, é difícil entender a *rationale* do Consad em relação à revogação da 65/78, inclusive do ponto de vista econômico.

A manutenção da maximização e sua extensão a associados e titulares pode ser combinada com a manutenção da 65/78 e com a oficialização dos "contratos quebrados" (TPs 5, 15, 15, 35), nos moldes atuais, constituindo, neste momento, o ponto de equilíbrio possível entre a meta econômica e a finalidade pedagógica.

Se a situação financeira, embora continue delicada, está controlada e apresenta perspectivas favoráveis, a relação entre os principais atores da universidade permanece conflitiva.

O impasse está associado aos estereótipos recíprocos do corporativismo e da mercantilização. O mito do professor interessado em dar o mínimo e receber o máximo e o mito das intenções malévolas subjacentes ao processo de recuperação econômica criam tensões

desnecessárias e desencadeiam disputas desgastantes.

Se o mito da dívida eterna caiu por terra, o mito da incompatibilidade entre saúde econômica e excelência pedagógica continua fazendo vítimas.

A divulgação dos dados referentes ao pagamento da dívida certamente permitiria trocar a palavra 'perda' por 'contribuição'.

Associados e titulares poderiam renunciar à recomposição de seus contratos se a consequência for prejudicial a colegas ou implicar na sua demissão.

A adequação de mensalidades ao público alvo transformaria unidades deficitárias em superavitárias ou equilibradas (um passo nesse sentido foi dado no Serviço Social).

A criação de um Fundo de Pensão favoreceria o trabalhador e ao mesmo tempo proveria a Fundação de liquidez para enfrentar despesas imprevistas. Além da contribuição dos interessados, a APROPUC e a AFAPUC poderiam depositar uma fração da porcentagem recebida. Os professores que não assinaram os 60% transfeririam ao Fundo a quantia integral acumulada referente aos 7,66%.

Enfim, se houver diálogo, e pertinente, a PUC teria como aliar, em doses cada vez maiores, sustentabilidade com excelência, em todos os seus campos de atuação.

Franklin Goldgrub é professor do Curso de Psicologia

FALA COMUNIDADE

Vida, Vidas

Jorge Claudio Ribeiro

- Eu devo minha vida a você, professor.

Certo, entendo. Afinal, minha função é ser talvez um canal ou, sem exagero, um tubo de conexão de PVC, ou, pelo menos, um conta-gotas do imenso fluxo vital que, desde sempre, transporta e irriga a humanaidade. Por via das dúvidas, pedi àquele aluno, calouro de Filosofia, para ser mais específico.

- É minha vida biológica mesmo. Se não fosse você, provavelmente eu não estaria aqui. Não faça essa cara, já explico.

Fiz essa cara, óbvio. Até então, nunca tinha visto esse rapaz. Será que... O terreno parecia pantanoso. Desembucha.

- Lembra de um jornal que você fazia aqui na PUC-SP, no século passado? Se não lembra, vou trazer um exemplar.

Dei corda. Claro que não esqueci do *Porandubas*, que fundei e que editei durante nove anos, uma das cinco estrelas a que tenho direito no currículo Lattes. Disse que trouxesse o tal exemplar, a que ele parecia atribuir o peso de uma certidão deascimento, ou mais.

Na semana seguinte, antes da aula, ele chegou com uma folha amarelada dentro de um plástico. Reverente, abriu o invólucro; curioso ouvi sua história. Era uma edição especial de dezembro de 1978 com crônicas, contos, desenhos e poesias de uma comunidade universitária embalada pelo clima natalino.

- Está vendo esse poe-

ma aqui? Foi meu pai que escreveu, quando estudante.

Era um texto juvenil, intitulado "É hora".

- Ele e a namorada foram seus alunos no primeiro ano de Medicina, em 1977. Parece que vocês se entendiam bem. Lembra deles?

Lembrava, sim, e até nos encontramos algumas vezes, como se verá. Mas me incomoda um pouco essa ênfase na memória, coisa de que não sou muito dota-doo. Mal consigo lembrar de nomes de alunos, embora guarde bem alguns episódios, rostos e detalhes físi-

dubas entrou nessa história?

- Desesperado, ele tentou uma última jogada. Mandou esse poema pra você publicar no jornal. Lembra...?

Como não? O sujeito me enchia a paciência todo dia, querendo saber "meu texto foi aprovado? - claro que aprovéi, ué -, que bom, mas quando é que isso vai sair?". Era difícil garantir exatamente quando isso chegaria da gráfica: era sempre aquela corrida de obstáculos quinzenal contra a lei de Murphy, para cumprir os prazos.

sol parte, ou não?... partir mesmo por quê? Pra quê? Do quê?... Partir ou não: eis a questão! Ufa! Papel aceita cada coisa... Como é que coisas banais se tornam sagradas?

- Pois a namorada se encheu de ternura. Décerto já estava balançada e os dois desabaram nos braços um do outro. Reataram, ela cancelou a viagem e mais pra frente acabaram se casando.

Disso eu sabia. O casamento deles foi no mesmo dia que o meu, embora anos depois. Por coincidência, algumas vezes nos encontrarmos nessa data num restaurante de comida brasileira. Um dos filhos daqueles dois ex-alunos é este jovem que está diante de mim. Por meio dele, só agora tomo conhecimento dos desdobramentos de uma história familiar na qual me envolvi muito antes de ele nascer. À maneira do conto Irmãos, de L. F. Veríssimo, ele conclui.

- Entendeu? Se você não tivesse dado uma forcinha pro poema do seu aluno, a namorada dele, minha futura mãe, teria ido embora. Outros espermatozoides, outros óvulos, outros filhos. Outro queixo, eu podia ser uma menina. Mas os dois se casaram e olha eu aqui. Devo minha vida também a você, certo? Valeu aí.

Abraçamo-nos. Ah, a gratuidade da coisa!

- Gente, vamos começar a aula. Se você permite, tenho um caso incrível pra contar.

- Bem perto da partida da namorada, afinal saiu a edição com o poema de meu pai.

Fico imaginando uma cena de cinema. Ele sai correndo da redação com o jornal quentinho nas mãos, para mostrá-lo à amada. Meio desinteressada, ela vai folheando, folheando. Até que se depara com a obra-prima do seu apaixonado. Surpresa? Espanto? Irritação?

- Lê só.

Leio. Edição 17, página 5. "Partir: só partir/ Partir só. Partir por partir: pra deixar/ Deixar pra partir... Todas as noites o avião parte/ Todas as noites o

Fico imaginando uma cena de cinema. Ele sai correndo da redação com o jornal quentinho nas mãos, para mostrá-lo à amada. Meio desinteressada, ela vai folheando, folheando. Até que se depara com a obra-prima do seu apaixonado. Surpresa? Espanto? Irritação?

Jorge Claudio Ribeiro é professor do Depto. Ciência da Religião

G AUCHE NA VIDA

A Revolução no Egito corre perigo

**Erson Martins
de Oliveira**

Os acontecimentos no Egito chamam a atenção dos trabalhadores e da juventude do mundo inteiro. Trata-se das leis da história se manifestando em um país controlado por uma ditadura pró-imperialista e por uma casta de corruptos. O que tem causado grande apreensão dos Estados Unidos, que receiam a perda de um governo títere. O imperialismo não teve como se colocar do lado de Mubarak e autorizar que o exército esmagasse o levante. Vitórias parciais foram conquistadas, como a conquista e defesa da Praça Tahrir. Mas a revolução corre perigo. A melhor maneira de expressar nossa solidariedade internacional é tomar clara posição.

O levante pela derrubada do regime de Mubarak ganha força, depois de 17 dias de confrontamento e 300 mortos. Mas corre o perigo com a negociação entre os partidos burgueses de oposição e setores governamentais. Um acordo de transição está sendo constituído às costas da revolução democrática. Faltam somente os acertos em torno da renúncia de Mubarak.

A primeira medida nesse sentido foi a de entregar o comando do Estado ao ex-chefe da polícia secreta Omar Suleiman. A segunda, consistiu em estabelecer conversações com membros da oposição que correram atrás do levante e se colocaram à frente dele para dar uma saída institucional ao confronto das massas com o regime político. A terceira, o pedido

para que o exército promova a transição.

Diante do desmoronamento do governo e do avanço do levante, os Estados Unidos apresentaram a solução: uma transição negociada, pacífica, para a convocação de "eleições justas e democráticas". Isso significa preservar o regime montado nos últimos trinta anos, reformando-o e adaptando-o às novas circunstâncias da crise interna e externa do capitalismo.

Quem faria as reformas constitucionais? Um novo congresso convocado por um governo de transição montado por agentes governistas, por oposicionistas burgueses e pelos militares. Essa via conta com o consentimento dos Estados Unidos e dos seus aliados.

O caminho traçado é o de preservar a integridade do Estado burguês. A desintegração do regime político ditatorial em si, sob a ação revolucionária das massas, não resulta em destruição do Estado, mas abre caminho para as massas avançarem. Está ai porque o imperialismo objetiva por um ponto final no levante, antes que as massas caminhem por transformar o choque com o governo em confronto com o Estado, ou seja, com o conjunto das forças burguesas que o sustentam, entre elas a própria oposição e o exército.

Conforme se amplia o movimento das massas oprimidas, aparece com maior intensidade a contradição fundamental da revolução democrática. A insurreição popular carece de

uma definição de classe e de uma direção político-programática revolucionária. A luta eclodiu sobre a base do acúmulo de problemas econômicos, sociais e políticos. Mas predominou a manifestação instintiva e espontânea dos explorados e oprimidos. A sua direção foi aos poucos sendo assumida pelas forças da oposição burguesa e pequeno-burguesa. Não há o partido proletário.

A classe operária egípcia não teve como imprimir ao levante seu conteúdo de classe e sua estratégia de poder. Isso explica por que reivindicações como a expulsão do imperialismo, independência nacional e solução do problema da terra, bem como o fim do desemprego e a miséria, não estão sendo empunhadas pelas massas.

Sob direção da oposição pró-capitalista, nacionalista e reformista, bem como pró-imperialista, a estratégia de poder para a revolução democrática resulta em sua limitação e, finalmente, em traição às massas. As tarefas de uma revolução democrática, em um país semicolonial e de economia capitalista atrasada, não se resumem em derrubar um ditador que frauda as eleições e mantém um parlamento feudalizado.

Destruir o regime autocrático constitui o ponto de partida da revolução, mas não sua chegada. Por trás da necessidade dos explorados se livrarem do governo capitalista e pró-imperialista de Mubarak, estão as tarefas democráticas do país semicolonial e as tarefas sociais. Ou seja, a emancipação do domínio impe-

rialista, as transformações agrárias, o fim do analfabetismo, o emprego pleno, o salário mínimo vital e o controle da economia pelos trabalhadores.

A simples troca de um regime ditatorial por outro mais ou menos liberal implica a interrupção da revolução democrática e sua frustração. Esse é o perigo que corre o heróico combate dos egípcios contra a ditadura de Mubarak.

É dever revolucionário apoiar incondicionalmente a luta pela derrubada do regime. Mas é necessário rechaçar a estratégia da democratização estabelecida pelo imperialismo, por setores da burguesia egípcia e pela oposição. É necessária a defesa da tomada do poder pelas massas e constituição de um governo revolucionário, que só pode ser um governo operário e campônio. Somente um governo da classe operária que expresse a maioria nacional oprimida poderá pôr em marcha a resolução das tarefas democráticas da revolução e avançar nos objetivos das transformações socialistas.

Viva o levante das massas exploradas egípcias!

**Erson Martins de Oliveira
é ex-professor da PUC-SP**

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres, com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Mubarak renuncia

No dia 11/2, em frente ao prédio da Gazeta, na avenida Paulista, foi realizado um ato público de apoio à revolução no Egito, organizado pela Frente em Defesa do Povo Palestino, que reúne uma série de entidades, sindicatos e organizações. O protesto pediu a autodeterminação dos povos e a saída de Mubarak, que renunciou após 30 anos no poder.

Moção de Apoio da APROPUC

A Associação dos Professores da PUC-SP - APROPUC - vem apoiar e

se solidarizar com a população do Egito que está promovendo uma verdadeira revolução democrática contra as ditaduras pró-EUA e Israel que dominam o país há mais de três décadas. O Egito vem sendo usado pelo imperialismo desde o acordo de paz de 1978 como um instrumento colateral de seus interesses na região. Assim como os reinos absolutistas e nada democráticos da Jordânia e da Arábia Saldita, a ditadura do Egito era vendida como um exemplo de país para a região, assim como foi na década de 1980 o Iraque de Saddam Hussein. Enquanto isso, o Egito vive em re-

gime de ditadura militar, sob estado de emergência desde 1981. No entanto, é impossível controlar a população para sempre. Inspirados pelos acontecimentos da Tunísia, a população se levantou e tomou as ruas das maiores cidades do país. Uma frente entre trabalhadores, classe média, sindicatos e organizações religiosas querem derrubar o regime do Hosni Mubarak, fantoche dos EUA, e abrir o país para a implantação de uma verdadeira democracia popular.

Defendemos a autodeterminação dos povos e o fim dos regimes ditatoriais. Toda a solidariedade ao povo do Egito.

Caravana visita Battisti em Brasília

No dia 9/2, durante a sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) que julga o caso do italiano Cesare Battisti, Gilmar Mendes, relator do caso, pediu mais informações à Presidência para dar prosseguimento aos trabalhos.

A manutenção da prisão de Battisti vem causando desconforto entre uma série de intelectuais, juristas e militantes. No dia 23/2, um ônibus sairá de São Paulo com membros do Comitê Cesare Livre que realizará uma

visita ao italiano na prisão e entregará uma carta para o STF pedindo a sua liberdade. Os interessados em acompanhar a caravana, devem enviar um email para cesarelivresp@hotmail.com.

Também será realizado, no dia 18/2, às 17h, no Vôo Livre do MASP, um ato pedindo a liberdade de Battisti. E, no dia 19/2, às 15h, no Espaço Mané Garrincha (Rua Silveira Martins, 131, Sala 11), uma plenária de apoio ao militante italiano.

Para Rogério Perito, militante do Comitê Cesare Livre, o caso Battisti já mostra tortura caracterizada. "O judiciário tem uma postura totalmente ideológica. Tecnicamente, já existe uma sequência de erros, pois nesse caso quem é apto para julgar é o Executivo", disse Perito.

"A prisão de Battisti é inconstitucional. Ele ficará seis meses privado da luz do sol e está condenado há duas prisões perpétuas, o que é ilegal no Brasil", concluiu.

TV Cultura demite 150 funcionários

A Fundação Padre Anchieta de São Paulo, gestora da TV Cultura, anunciou, no dia 7/2, a demissão de 150 funcionários, entre jornalistas e técnicos da rádio e televisão que foram incluídos no "pacote" de desmonte da única emissora pública vinculada ao governo de São Paulo.

As demissões estão dentro do novo projeto implementando pelo presidente da Fundação Anchieta, João Sayad, que prevê mudanças profundas na

emissora, que vão desde o corte de funcionários até alterações na grade de programação para adequar a emissora ao mercado. Dessa forma, a TV Cultura que sempre foi caracterizada por programas diferenciados das emissoras comerciais passará progressivamente a se nivelar ao conteúdo das demais emissoras.

Em nota, a Frente Paulista pelo Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão afirmou

que "para honrar o Estado democrático que conquistamos após anos de arbítrio, é necessário que a TV Cultura propicie programação de qualidade, jornalismo independente e ético, participação da sociedade em seu Conselho Administrativo e condições de trabalho dignas a todos os funcionários".

A APROPUC enviou uma moção de repúdio à emissora. Para conferir sua íntegra acesse o site www.apropucsp.org.br.

30º Congresso do Andes será realizado em MG

Entre os dias 14 e 20/2, em Uberlândia(MG), o Andes-SN realizará o 30º Congresso do Sindicato, com o tema Universidade Pública, Trabalho Acadêmico e Crítica Social. A APROPUC participará do congresso e apoia o sindicato. Confira a moção de apoio:

A Associação dos Professores da PUC-SP - APROPUC - vem parabenizar o Andes-SN pela realização de seu 30º Congresso, em Uberlândia.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior é uma entidade de referência para o movimento sindical por sua incansável defesa da educação pública e de qualidade para todos. Desde a sua fundação, o Andes-SN luta pela garantia de direitos e por novas conquistas para todos os trabalhadores do país, sempre se pautando por um projeto de sociedade mais justa e democrática.

Mesmo com as tentativas de deslegitimização do sindicato por um setor docente ligado ao governo federal e às reitorias, atentando contra a autonomia e a liberdade de organização do movimento sindical, o Andes-SN mantém a sua legitimidade pela base conquistada e pela solidariedade de todos os lutadores sociais no Brasil. Esperamos sempre poder andar juntos em defesa da educação e dos direitos do conjunto da classe trabalhadora.

**Saudações Sindicais,
Diretoria da APROPUC-SP**

ROLA NA RAMPA

CAs preparam atividades da calourada unificada

Conforme noticiamos na edição anterior do jornal **PUCviva**, os Centros Acadêmicos da PUC-SP estão preparando uma receção unificada para os novos estudantes na segunda semana de aula. Seguem abaixo todas as atividades:

Dia 21/02, às 9h e às 19h, acontecerá palestra sobre concepção de universidade com Sabrina (Cursinho Popular), Bia Abramides e Priscilla Cornalbas pela APROPUC, Lizeete (ADUSP - Associação dos Docentes da USP) e Luisa D'Avola (estudante da PUC-SP).

Já no dia 22/2, às 9h e às 18h, haverá uma roda de conversa sobre opressões na universidade com estudantes da PUC-SP: Luís Fernando, estudante de Psicologia, debaterá a questão LGBTT, Roberta

Toledo, estudante de Direito, debaterá etnia e o coletivo de mulheres Yabá, que reúne estudantes do Direito da PUC-SP, falará sobre a questão de gênero.

Na quarta-feira, 23/2, será realizado um debate sobre o histórico da PUC-SP com o professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, do Departamento de Ciências Sociais, e com os estudantes Felipe Moda, Caio Zinet e Paula de Paula, estudante recém-formada em Jornalismo, autora do TCC que relatou a ocupação da Reitoria em 2007.

Por fim, no dia 25/2, quinta-feira, um bloco de carnaval percorrerá toda a universidade no período da noite cantando marchinhas e músicas irreverentes sobre o contexto da universidade. O bloco terminará no Pátio do Benê, na Faficla, seguido por um sarau.

Artigo de professores sobre crise da USP recebe assinaturas

Os professores da USP, Fabio Konder Comparado, Francisco de Oliveira, Jorge Luís Soto Maior, Luiz Renato Martins e Paulo Arantes escreveram um artigo para o jornal *Folha de S. Paulo* sobre uma série de acontecimentos na USP que atentam contra o Estado de Direito, como a expulsão de

24 alunos pela ocupação da Reitoria em 2007, a demissão arbitrária de 270 funcionários, entre outros. O artigo está recebendo uma série de assinaturas de professores da USP e de outras instituições. Para assinar basta entrar no site <http://usp-contraoestadodedireito.wordpress.com>

Ato contra homofobia na avenida Paulista

No dia 19/2, a partir das 15h, ocorrerá na esquina da avenida Paulista com a rua da Consolação, uma marcha contra a homofobia e pela aprovação do PL (Projeto de Lei) 122/06 que criminaliza a homofobia. O PL entrou na pauta da Câmara na semana passa-

da e prevê pena para quem praticar atos de homofobia. A bancada religiosa da Câmara faz um forte lobby para que o projeto seja barrado, uma vez que padres e pastores se posicionam durante as missas e cultos contra a homossexualidade.

Audiência discute ação da APROPUC relativa à dívida salarial de 2005

Acontece no dia 24/2, uma audiência envolvendo o Sinpro-SP, Fundação São Paulo e APROPUC na Justiça do Trabalho, para discutir a ação movida pela entidade para o cumprimento da dívida salarial de 2005.

Naquele ano a universidade não reajustou os salários dos docentes em 7,66%, conforme havia sido acordado entre o Sindicato dos Professores e o Sindicato das Mantenedoras. Durante os anos seguintes não se conseguiu chegar a um acordo sobre a forma de pagamento do montante acumulado e do reajus-

te no salário. A atual diretoria tentou desde o final de 2009 uma negociação com o novo reitor e a Fundação São Paulo, mas os professores consideraram que as propostas apresentadas situavam-se muito aquém daquilo que lhes era devido e não incorporava aos salários docentes o reajuste de 7,66% devido aos docentes. Assim só restou o recurso de entrada na Justiça do Trabalho, que marcou a primeira audiência para o dia 24 deste mês, às 10h, no Fórum Trabalhista Rui Barbosa, Rua Marquês de São Vicente, 235.

Atividades sobre os 140 anos da Comuna de Paris

A exemplo do que ocorre em diversas partes do mundo, universidades brasileiras preparam eventos (simpósios, exposições, projeção de filmes, grupos de estudos, publicações etc.) sobre os 140 anos da Comuna de Paris (18/3 - 28/5/1871), uma experiência de construção de uma sociedade alternativa à capitalista.

Na PUC-SP, diversos interessados em discutir o tema se reuniram no final ano passado e agora o grupo está preparando as várias atividades que ocorrerão ao longo do semestre. Em breve o **PUCviva** noticiará os eventos. Para informações sobre as outras atividades que acontecerão pelo Brasil acesse o site <http://amigosdacomuna1871.blogspot.com>.

NU-Sol organiza aula-teatro

O Núcleo de Sociabilidade Libertária (NU-Sol) fará no dia 24/2, a partir das 19h30, Aula-teatro 8 Terra. O evento, que faz parte da receção aos novos estudantes

O Sinpro-SP e a Fepesp (Federação dos Professores do Estado de São Paulo) reuniram-se com a assessoria jurídica do SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo), para discutir o processo de negociação da campanha salarial, incluindo o cronograma de reuniões, que devem acontecer às sextas-feiras. A comissão dos patrões ainda será definida em assembleia, mas o Sinpro-SP e a Fepesp já reforçaram, durante a reunião, as demandas da categoria com a pauta de reivindicações, que inclui 9% de aumento de salário e o pagamento da hora tecnológica.

da Faculdade de Ciências Sociais, acontecerá no Tucarena e é gratuito. Os interessados devem comparecer uma hora antes para retirar os convites.